

Encerramento do 2º Curso de Formação Inicial de Juízes



Os desembargadores Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente no exercício da Presidência do TRT da 9ª Região) e Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal), os juízes Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra IX) e Leonardo Vieira Wandelli (membro do Conselho Administrativo da EAJ, no exercício da coordenação da Escola) junto aos juízes substitutos **p. 8 e 9**

Juíza Yumi Yamaki toma posse na 9ª Região da Justiça do Trabalho

A juíza Yumi Saruwatari Yamaki, que exercia desde 20 de agosto de 2004 o cargo de substituta da Justiça do Trabalho de Mato Grosso, foi empossada em 14 de julho, no mesmo cargo, na 9ª Região. A transferência deu-se por remoção requerida pela própria magistrada. Natural de São Paulo, a juíza bacharelou-se em Direito em 2002 pela Universidade Estadual de Londrina e atuou no magistério superior na Universidade Federal de Mato Grosso. **p. 5**

Projeto de ampliação de vagas no TRT do Paraná

O Projeto de Lei 3.350/2008, que trata da criação de 320 novos cargos e 392 funções para o Tribunal do Trabalho do Paraná, foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal. O relator, deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), considerou que "o quantitativo de cargos e funções constante da proposição é o mínimo necessário ao bom andamento dos trabalhos do Tribunal". **p. 13**

Nesta Edição

- Ibrajus e PUCPR atestam transparência do TRT-PR **p. 7**
- VTs promovem treinamento voltado à qualidade **p. 11**
- PA da Justiça do Trabalho em Ibaiti **p. 13**
- Justiça do Trabalho intensifica conciliações **p. 14**

Expedição de guias de retirada em favor de substituídos em ações das décadas de 80/90

Jussara Elisa

A 2ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu tem expedido guias de retirada em favor de substituídos processuais que não eram localizados há anos, em ações propostas por sindicatos nos anos de 1980 e 1990, graças a um novo esforço da unidade judiciária voltada à prestação jurisdicional.

Segundo a titular da VT, juíza Neide Consolata Folador, há alguns anos a Corregedoria da Justiça do Trabalho da 9ª Região vem determinando que as Varas do Trabalho realizem diligências junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, verificando a existência de depósitos pendentes de liberação em autos arquivados, definitiva ou provisoriamente. “Atendendo a tais determinações, verificamos a existência de autos arquivados com valores significativos pendentes de liberação. Muitos deles referiam-se a ações propostas por sindicatos, na condição de substitutos processuais, especialmente nas décadas de 80 e 90, quando proliferaram os planos econômicos ditados pelo Poder Executivo Federal, contendo artigos sobre política salarial, que redundaram em milhares de ações trabalhistas propostas em todo o país, pleiteando o pagamento de diferenças salariais”, explicou.

Diante do impasse, segundo a magistrada, em que nem mesmo o autor da ação (sindicato) tomava providência prática para fazer com que os valores existentes nos autos chegassem aos

seus destinatários, foi cogitada a possibilidade de depositar as importâncias nas contas vinculadas dos substituídos, com os “poucos” dados que poderiam ser obtidos nos próprios autos. “Tal procedimento (depósito na conta do FGTS) não acarretaria nenhum prejuízo aos beneficiários e oportunizaria a eles ou a seus herdeiros o resgate do valor, em qualquer localidade do país, a qualquer tempo”, lembrou a titular da 2ª VT de Foz do Iguaçu.

Cumprindo nosso dever de entregar ao cidadão “o valor que lhe é devido” muito mais do que a “prestação jurisdicional”

A secretaria da unidade esforçou-se para cumprir o objetivo, tendo em vista que o próprio sindicato tinha dificuldade na localização dos substituídos porque, já na ocasião, tinham se passado mais de doze anos desde o ajuizamento da ação. “É que Foz do Iguaçu enfrenta uma peculiaridade: muitos trabalhadores apenas ‘passaram’ por aqui na época da construção da usina de Itaipu - os chamados ‘barrageiros’, deslocando-se, depois, para outros estados do país, onde várias usinas estavam sendo construídas”, informou a juíza.

O TRE-PR forneceu endereços de alguns substituídos que ainda não haviam sido localizados e que possuíam valores a receber desde 1998. Como os demais substituídos constavam como eleitores de outros estados,

a magistrada determinou diligências mais amplas, na tentativa de localização, como, por exemplo, mediante convênios mantidos pelo TRT-PR com a COPEL e o DETRAN, e através de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, e Conselho Nacional de Informações Sociais do INSS.

“Para nossa surpresa, a cada nova diligência determinada, novos substituídos iam sendo localizados e apareciam na secretaria da Vara para sacar seus créditos, os quais, evidentemente, não foram até hoje depositados na conta do FGTS. Existem guias de retirada expedidas em 1999 e em 2000, que foram sacadas em 2005, 2006 e 2007!”, citou a juíza Neide Folador, que, há pouco tempo, determinou a realização de pesquisa de endereços dos substituídos ainda não localizados pelos convênios BACEN-JUD e RECEITA FEDERAL. A magistrada acredita que, em breve, serão localizados todos os substituídos, “cumprindo nosso dever de entregar ao cidadão ‘o valor que lhe é devido’ muito mais do que a ‘prestação jurisdicional’, expressão que gostamos de utilizar nas sentenças mas que, para nossos leigos jurisdicionados, nada significa”, alertou.

A titular da 2ª VT de Foz do Iguaçu disse que sente “a satisfação do dever cumprido, a cada guia de retirada que é entregue em processos da nada saudosista (em termos de ‘planos econômicos’ e política salarial) década de 90”. ■

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaela Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Irene Pioker, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa, Rossana Tuoto e Rose Montes. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Multi-Graphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

TRTs do Sul irão trabalhar conjuntamente em projetos de interesse comum

Jussara Elisa

Durante o "1º Encontro dos Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do Sul do País", realizado em Florianópolis em 24 e 25 de julho, ficou definido que os Tribunais Regionais do Trabalho do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul irão trabalhar de forma conjunta em projetos de interesse comum. Os dirigentes dos três TRTs pretendem congregiar esforços, tendo em vista a semelhança de projetos e ações modernizadoras entre as instituições.

O encontro reuniu, além dos presidentes dos Regionais, diretores-gerais, diretores da área de informática e da área judiciária e assessores das Presidências e das Corregedorias.

Os projetos nacionais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que compõem o Sistema Integrado de Gestão de Informática, e o impacto que eles devem provocar no cotidiano dos Tribunais foram debatidos. Definiu-se que os TRTs irão elaborar, em conjunto, um cronograma viável para o cumprimento de algumas determinações dos órgãos superiores da Justiça.

Na oportunidade, cada Tribunal apresentou suas melhores práticas e soluções nas áreas de recursos humanos, informática e gestão.

O diretor da Secretaria de Informática do TRT do Paraná, Cláudio Jorge de Lima, apresentou o e-Gestão, o Controle de Tramitação Administrativa (CTA) e o projeto de gravação, em

vídeo, das audiências.

De acordo com o presidente do Tribunal catarinense, juiz Marcus Pina Mugnaini, "o encontro foi muito eficaz. Pudemos examinar o que cada Tribunal está fazendo, trocar idéias e debater a respeito delas".

"As práticas apresentadas serão objeto de estudo e com grande possibilidade de implementação", afirmou a presidente do TRT paranaense, Rosalie Michaela Bacila Batista.

A juíza elogiou, em particular, o projeto de Planejamento Estratégico de Santa Catarina e o Serviço de Apoio Temporário às Varas do Trabalho do Rio Grande do Sul. Esse último, segundo ela, promove um "equilíbrio na prestação jurisdicional fornecida pelas unidades judiciárias".

Paraná sedia evento nacional de Ouvidorias

Jussara Elisa

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná será sede do "I Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho". O evento acontece em 25 e 26 de setembro deste ano, no auditório da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, em Curitiba.

Segundo o ouvidor-geral e vice-presidente do TRT do Paraná, desembargador federal do Trabalho Luiz Eduardo Gunther, a proposta do encontro é promover o debate e a troca de experiências entre as Ouvidorias Trabalhistas de cada

região do país, com vistas ao aprimoramento das atividades dos ouvidores.

O programa prevê os painéis intitulados "A Estrutura organizacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho e suas atuações como ferramenta de gestão"; "A competência da Ouvidoria e suas atribuições em conflito no âmbito do Tribunal" e "A Parceria Ouvidoria/cidadão interno - estratégias de ação". Também estão programadas três palestras: "Diagnóstico das Ouvidorias públicas no Brasil", a ser proferida pela ouvidora-geral da União, Eliana Pinto; "As

Ouvidorias Judiciárias e o projeto de lei que regulamenta as atividades dos ouvidores", pelo presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, João Elias de Oliveira; e "A Ouvidoria como mediadora de conflitos", pela psicóloga e especialista em mediação de conflitos Eliane Ribert Nazareth. Além dos debates, haverá apresentação musical.

Ao final do evento, será elaborada a Carta de Curitiba, com as conclusões e proposições que vierem a ser aprovadas no encontro.

PIP: encerrado convênio com os Correios

A gerência comercial dos Correios do Paraná informou ao TRT que, a partir de agosto, "não tem interesse na continuidade do convênio" referente ao serviço de Protocolo Integrado de Petições (PIP). Os Correios encerraram o convênio e não mais disponibilizarão os envelopes para a venda, porém quem já adquiriu os pré-franqueados poderá utilizá-los. Segundo o que informaram os Correios, as suas agências foram orientadas a receber

a postagem normalmente.

As partes, os advogados e os peritos poderão utilizar-se do **e-doc**, sistema digital de envio de documento por meio da internet, para a prática de atos processuais dependentes de petição escrita. O **e-doc** é um serviço de uso facultativo, existente no site do TRT (www.trt9.jus.br), através de um link, para o envio exclusivo de petições dirigidas à Justiça do Trabalho. ■ Flaviane Galafassi

Planejamento estratégico do TRT-PR

Magistrados e servidores na mesma missão

Rossana Tuoto

Na edição de julho/2008 (Nona nº 162 - em versão eletrônica disponível no site do Tribunal), deu-se enfoque à adoção institucional do Planejamento Estratégico como instrumento de gestão pública (Resolução Administrativa 13/2008). Foram ainda descritos missão, visão, valores institucionais e objetivos estratégicos (declarados na mesma RA) como fatores essenciais na implementação do Planejamento Estratégico.

“Valendo-se do Planejamento Estratégico, os esforços poderão ser direcionados para resultados comuns, que melhor atendam às necessidades institucionais”, já informava a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, na condição de gestora, quando de sua proposição ao Tribunal Pleno do 9º Regional.

Em continuidade, nesta edição, a abordagem recai sobre as **metas** relacionadas aos objetivos estratégicos que se pretende concretizar, uma vez que deles advirão “qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”, expressos na declaração da missão institucional do 9º Regional. A necessidade de racionalizar os serviços prestados ao cidadão e à sociedade, com qualidade e eficiência, é prevenção adotada para realidade próxima, ou seja, o expressivo aumento da demanda processual e o crescimento contínuo da carga de trabalho.

Portanto, o **Objetivo Estratégico I** “Desenvolver políticas e práticas de gestão de pessoas, de processos e do conhecimento”, prevê as seguintes metas:

- Promover a adequação organizacional e funcional, tendo como indicador o índice de avaliação de distribuição da carga de trabalho, conforme metodologia desenvolvida pela CAEF - Comissão de Avaliação da Estrutura Funcional e Organizacional das Unidades Judiciárias e Administrativas de 1º e 2º Grau. Instalada em 2007, a CAEF concluiu no corrente ano os trabalhos que ensejaram sua criação, sob a Presidência do desembargador federal do Trabalho

Ubirajara Carlos Mendes. Recentemente, o Órgão Especial do TRT aprovou o aplicativo e-gestão (RA 100/2008) como parâmetro de suporte das decisões da administração. “As informações estarão disponíveis a todos da 9ª Região, em tempo real, de forma transparente. Magistrados e servidores poderão acessar os indicadores, com a possibilidade de gerar seus próprios gráficos e relatórios, de forma a avaliar a evolução da atividade jurisdicional de sua unidade”, segundo o desembargador Ubirajara Mendes. Essa ferramenta tecnológica subsidiará, doravante, “deliberações administrativas mais seguras e racionais, tendo em conta, particularmente, o princípio da eficiência”, bem como a “avaliação periódica da gestão e do controle de resultados a serem alcançados nas ações inseridas no Planejamento Estratégico”, constatou o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, quando de sua visita correicional, em maio;

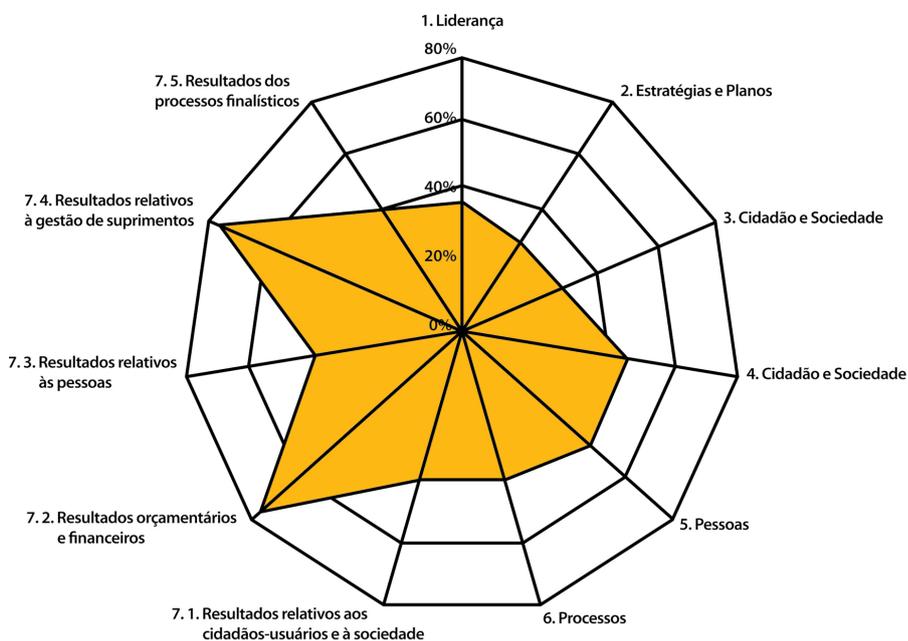
- Aprimorar as práticas gerenciais, tendo como indicadores os critérios de auto-avaliação dos processos gerenciais estabelecidos pela ferramenta de **auto-avaliação** do **Gespública** - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburo-

cratização (criado pelo Governo Federal - Decreto 5.378/2005), que é resultado da fusão dos Programas da Qualidade no Serviço Público (PQSP) e Nacional de Desburocratização (d), tendo por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade no país. Pelo que, a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de melhoria da gestão pública são meios racionais adotados pelo 9º Regional, o qual integra o Comitê Gestor do Núcleo Paranaense do **Gespública**.

A ferramenta destina-se a avaliar atividades gerenciais e, não, jurisdicionais. Contempla três instrumentos de avaliação, classificados e hierarquizados pelos níveis organizacionais e de gestão: 250, 500 e 1.000 pontos. O Tribunal encontra-se no primeiro estágio de certificação (250 pontos), tendo atingido 105 pontos nessa avaliação.

Os gráficos ilustram a utilização, pelo TRT (PR), da ferramenta de **auto-avaliação** dos processos gerenciais. Referem-se à primeira auto-avaliação, realizada em 2007. A proposta da ferramenta utilizada é, a partir do diagnóstico, identificar as áreas que necessitam de intervenções, proporcionando, assim, a melhoria contínua da

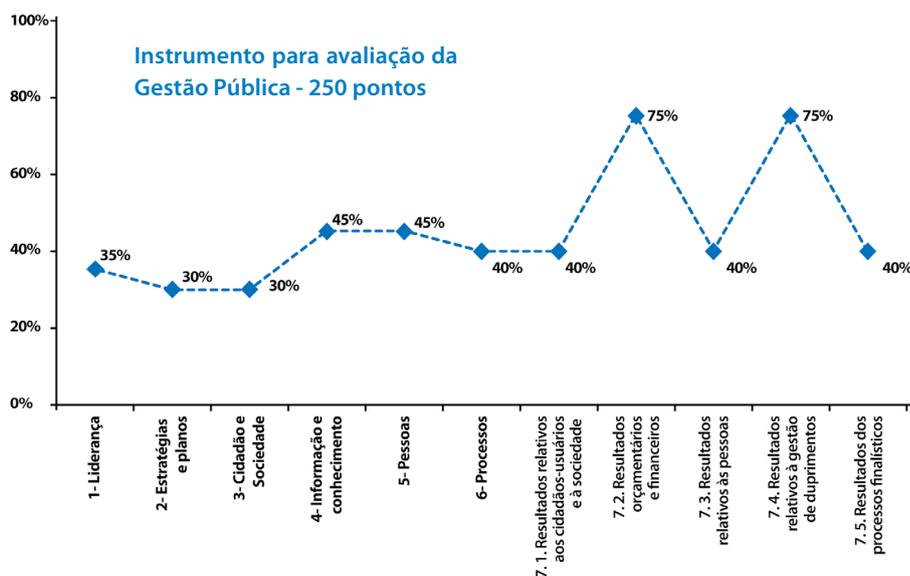
Diagnóstico da Gestão



gestão. “Está programada para o segundo semestre a realização da segunda auto-avaliação, tendo sido implementadas diversas intervenções apontadas na primeira etapa, visando ao aprimoramento da gestão”, salientou a servidora do 9º Regional Carla Inez Montrucchio Basso, integrante da equipe de elaboração do Planejamento Estratégico do Núcleo Paranaense do **Gespública**.

As metas relacionadas ao **Objetivo Estratégico II** “Prover ambiente físico adequado ao cumprimento da missão institucional” são: estabelecer a melhoria e padronização de equipamentos e ambientes; atualizar o mobiliário funcional disponibilizado pelo TRT a magistrados, servidores e público, segundo padrões ergonômicos; adequar os imóveis de uso do Tribunal, Varas e Postos de Atendimento aos padrões de acessibilidade modernos, e a construção ou aquisição de nova sede para o Tribunal Regional do Trabalho, até dezembro de 2014.

Quanto às metas relacionadas ao **Objetivo Estratégico III** - “Aperfeiçoar o relacionamento institucional do Tribunal”,



cita-se o aperfeiçoamento dos canais de comunicação do Tribunal e a promoção da responsabilidade sócio-ambiental.

No que diz respeito às metas relacionadas ao **Objetivo Estratégico IV** - “Incrementar a provisão de recursos financeiros e aperfeiçoar a gestão e execução orçamentária”, o aperfeiçoamento da gestão e execução orçamentária e o incremento

da provisão de recursos financeiros têm como indicadores o índice de execução orçamentária e o orçamento anual. Uma vez conhecidas as metas dentro dos objetivos estratégicos do 9º Regional, magistrados e servidores comprometidos com a gestão pública têm a possibilidade de potencializar esforços comuns no alcance desses objetivos. ■

Empossada juíza Yumi Saruwatari Yamaki

Jussara Elisa / Irene Pioker

A juíza Yumi Saruwatari Yamaki, que exercia desde 20 de agosto de 2004 o cargo de substituta na 23ª Região da Justiça do Trabalho (Mato Grosso), foi empossada em 14 de julho, no mesmo cargo, na 9ª Região. A transferência deu-se por remoção requerida pela própria magistrada.

Natural de São Paulo, a juíza bacharelou-se em Direito em 2002 pela Universidade Estadual de Londrina e atuou no magistério superior na Universidade Federal de Mato Grosso.

O ato de posse foi conduzido pelo vice-presidente no exercício da Presidência e ouvidor-geral do TRT do Paraná, desembargador federal do Trabalho Luiz Eduardo Gunther. O magistrado saudou a empossada com a mensagem de tranquilidade e apoio dos demais magistrados da instituição, assim como da Amatra IX, representada pelo diretor administrativo, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira e dos advogados presentes, Israel Caetano Sobrinho, presidente da Associação



O desembargador federal do Trabalho Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente no exercício da Presidência do TRT da 9ª Região, saúda a juíza do Trabalho substituta, Yumi Saruwatari Yamaki

dos Advogados Trabalhistas do Paraná, e Luiz Alberto Gonçalves Gomes Coelho, representando a OAB, Seção do Paraná.

Em seu discurso, o desembargador Gunther enfatizou a importância da capacidade apaziguadora de aproximar as partes com vistas à conciliação

e, quando não se mostrar possível a composição, haver o julgamento equilibrado, justo e rápido. Quanto à decisão da juíza Yumi de voltar ao estado do Paraná, ressaltou: “já denuncia que Vossa Excelência chega disposta a enfrentar esses desafios com alegria.” ■

Justiça do Trabalho realizará correição em VTs da capital e do interior

Flaviane Galafassi

A Corregedoria da 9ª Região da Justiça do Trabalho realiza, neste mês de agosto, correição ordinária nas unidades judiciárias de Curitiba, Umuarama, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Palotina. O objetivo é verificar o andamento dos serviços, o cumprimento de prazos processuais e a adequação dos procedimentos em curso nas Varas locais. O corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, receberá advogados e estará também à disposição da comunidade jurisdicionada, em horários específicos.

“As pessoas querem ser ouvidas e esse é também o papel do corregedor, de estar presente para ouvir, na mesma linha em que está presente para se certificar sobre o andamento correto dos trabalhos”, enfatiza o desembargador Ney José de Freitas.

Nos dias 6 e 7 de agosto a correição acontece na 9ª VT de Curitiba, onde o corregedor estará à disposição dos interessados das 16 às 17 horas do dia 7. Nos dias 13 e 14 de agosto a correição ordinária será na 8ª VT de Curitiba, com audiência pública no dia 13, das 16 às 17 horas.



O desembargador federal do Trabalho Ney José de Freitas, corregedor regional, juntamente com a diretora do Fórum de Londrina, juíza Neide Akiko Fugivalva Pedroso, e a secretária da Corregedoria Regional, Regina Lucia Motta Carvalho.

Na 1ª Vara do Trabalho de Umuarama, a correição acontece nos dias 18 e 19 de agosto, onde o corregedor ficará à disposição dos interessados das 16 às 17 horas do dia 19, e, na 2ª VT de Umuarama, nos dias 20 e 21, com horário para audiência pública no dia 21, no mesmo horário.

No dia 22 de agosto a correição é no Serviço de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância das Varas do Trabalho de Umuarama. Atenderá à comunidade das 11 às 12 horas.

No dia 25 de agosto, a correição or-

dinária acontece na VT de Assis Chateaubriand, com audiência pública marcada das 16 às 17 horas. No Posto de Atendimento de Palotina, a audiência pública é no dia 26 de agosto, no mesmo horário.

Em 27 de agosto, a correição acontece em Marechal Cândido Rondon, com atendimento ao público das 16h às 17h30. O desembargador Ney José de Freitas fecha o mês de agosto com correição na Vara do Trabalho de Toledo, no dia 28, com audiência pública das 14h às 15h. ■

Magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná proferem palestra

O corregedor regional da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, aborda o tema “Constitucionalização do Direito do Trabalho”, no dia 5 de agosto, durante o 1º Seminário Jurídico - “Semana do Advogado”, realizado pela OAB Paraná - Subseção de Araucária.

Também proferem palestras o desembargador Célio Horst Waldruff, sobre “Atualidades em Execução Trabalhista, à Luz das Novidades Legislativas e da Jurisprudência do TRT-PR”, e o juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho, que abordará “Aspectos Atuais sobre Acidente de Trabalho”. O evento acontece de 5 a 7 de agosto, no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Araucária.

■ Jussara Elisa

Juíza Morgana de Almeida Richa é homenageada no Tribunal Superior do Trabalho

A juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, receberá em 11 de agosto, no Tribunal Superior do Trabalho, diploma e medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Oficial.

Entregue tradicionalmente no Dia Nacional dos Cursos Jurídicos, a honraria homenageia personalidades que, por sua atuação, contribuem para o engrandecimento da instituição judiciária, ou o aprimoramento das relações entre trabalho e capital. Além da magistrada, haverá mais 33 homenageados.

■ Jussara Elisa

Sistema de Orçamentos do TRT-PR será usado também em Minas Gerais

A Secretaria de Informática do TRT-PR implantou em dezembro de 2007 um novo Sistema de Orçamentos. O programa foi desenvolvido no próprio Tribunal, em linguagem e ferramentas Oracle, compatíveis com os demais sistemas do Tribunal e também apto a funcionar em outros Regionais, tendo em vista a padronização adotada a partir do desenvolvimento do projeto SIGI - Sistema Integrado de Gestão da Informação, de autoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Em 28 de maio de 2008, os servidores da 3ª Região da Justiça do Trabalho (Minas Gerais) Sérgio Brina Aragón (diretor da Secretaria de Sistemas Administrativos e Financeiros) e Herce Martins Pontes (diretor da Secretaria de Coordenação Financeira) visitaram o TRT do Paraná para conhecer o novo programa. Ambos foram atendidos pelo analista de sistemas Jair Noskoski, do Serviço de Desenvolvimento de Siste-

mas Administrativos, responsável pela coordenação da equipe que desenvolveu e implantou o sistema em todas as áreas da Administração que utilizam e coordenam os dados orçamentários e financeiros. Gérson Bastos Ribas, da Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira, uma das principais áreas usuárias do sistema, também recebeu a equipe mineira.

Após a análise, a Direção-Geral do TRT da 3ª Região solicitou, mediante ofício, a cessão do referido sistema, com todos os códigos-fonte, para adaptação e implantação naquele Regional, referindo que o sistema atende às suas necessidades.

Após deferimento do pedido pela Administração do TRT paranaense, a Secretaria de Informática iniciou os trabalhos necessários à cessão do sistema, como a montagem de instruções de implantação, bem como a reunião de toda a documentação técnica, como manuais, programas-fonte e programas necessá-

rios à configuração da base de dados.

O Sistema de Orçamento está disponível na intranet do TRT e permite simular todas as operações e consistências existentes no Sistema SIAFI, além de possuir outras vantagens: possibilita distribuição e controle orçamentário por áreas ou secretarias, permite o planejamento de despesas futuras, rápido acesso às informações sem restrição de horários e possui facilidade de integração com outros aplicativos do Tribunal.

As secretarias possuem autonomia para prever seus gastos, cadastrando orçamentos, despesas, empenhos e pagamentos. As áreas que possuem acesso de atualização no Sistema SIAFI podem aprovar e autorizar os orçamentos, confirmar os empenhos e os pagamentos. Além disso, outras áreas com autorização de auditoria podem consultar as informações orçamentárias de todo o Tribunal. ■

Ibrajus e PUCPR: transparência do TRT-PR

Flaviane Galafassi

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Ibrajus), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mostrou que o site do TRT da 9ª Região é o mais transparente quanto às informações que apresenta. A pesquisa levantou

16 itens considerados necessários a uma página institucional do Poder Judiciário para informar o cidadão. O TRT do Paraná atendeu a 14 dos quesitos, tais como a existência de Ouvidoria, a publicação de acórdãos e sentenças, informações sobre Corregedoria, licitações e despesas, dentre outros.

A pesquisa, que tem a coordenação do desembargador Vladimir Passos de Freitas, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (RS/SC/PR), também avaliou o desempenho dos Tribunais de Justiça de todo o país e dos Tribunais Regionais Federais. O resultado está disponível na página www.ibrajus.org.br. ■

Caixa de Sugestões

A 6ª Vara do Trabalho de Londrina, buscando melhoria qualitativa na prestação de seus serviços, implementou uma "Caixa de Sugestões", proporcionando às partes, seus advogados, peritos e outros profissionais a manifestação de suas opiniões a respeito daquela

unidade judiciária. Também foi disponibilizada a leitura de revistas ao público que está aguardando o início das audiências, tornando a espera mais prazerosa. De acordo com o diretor de secretaria da VT, Gilson Fábio Moreira, embora simples e de baixíssimo custo, a medida tem sido motivo de elogios pelos advogados.

■ Jussara Elisa

2º Curso de Formação Inicial de Juízes

Jussara Elisa / Rossana Tuoto

Em 25 de julho, foi encerrado o “2º Curso de Formação Inicial de Juízes” da EAJ da 9ª Região, iniciado em 26 de maio. Os magistrados que participaram do curso tomaram posse em 18 de abril deste ano. O curso atende exigência da Emenda Constitucional 45/2004 e da Resolução Administrativa 8/2007, do TRT, que tratam do vitaliciamento dos juízes.

O mês foi pautado por palestras, visita ao Ministério Público do Trabalho, seminários, painéis, colóquio, acompanhamento das sessões das Turmas e da Seção Especializada do 9º Regional, audiências nas Varas do Trabalho de Curitiba e elaboração de sentenças.

■ Semana de 30 de junho a 4 de julho

Concentrou as aulas expositivas do juiz José Aparecido dos Santos, titular da 17ª VT de Curitiba, acerca dos cálculos trabalhistas a partir da prática de decisões em execução.

Técnicas de juízo conciliatório trabalhista foram expostas pelas magistradas Ana Maria das Graças Veloso (titular da 7ª Vara de Curitiba), Morgana de Almeida Richa (titular da 15ª VT de Curitiba) e Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira, as quais participaram de mesa redonda. Na oportunidade, houve prática simulada com os novos juízes e troca de experiências.

“Administração Judiciária da Vara do Trabalho e estruturação da pauta de audiências” foi o tema abordado pelas juízas Ilse Marcelina Bernardi Lora (titular da VT de Francisco Beltrão) e Ana Gledis Tissot Benatti do Valle (2ª VT de São José dos Pinhais).

Encerrando a semana, a desembargadora federal do Trabalho Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, presidente da Comissão de Jurisprudência e membro da Seção Especializada e da 2ª Turma de desembargadores do TRT-PR, desenvolveu abordagem acerca da efetividade da execução trabalhista e o novo processo de execução civil. Ainda, falou sobre a importância da uniformização de jurisprudência na fase de execução. Apresentou casos concretos de processos na fase



Desembargadores Rosemarie Pimpão (diretora da EAJ do TRT-9ª Região), Sebastião de Oliveira (palestrante - TRT da 3ª Região) e Arnor Lima Neto (vice-diretor da EAJ do TRT-9ª Região)

de execução que chegam à Seção Especializada e o entendimento dos desembargadores. Explicou o trabalho da SE voltado às Orientações Jurisprudenciais do TRT-PR, que já ultrapassam a casa de duas centenas.

■ Semana de 7 a 11 de julho

Houve a explanação do juiz Flávio da Costa Higa, do TRT da 24ª Região (MS) sobre a técnica de conciliação trabalhista. Segundo o magistrado, a negociação na Justiça do Trabalho é baseada em princípios: separação de pessoas de problemas; concentração em interesses e não em posicionamentos; criação de opções de ganhos mútuos; e insistência em padrões objetivos.

“Responsabilidade civil e proteção à saúde do trabalhador” foi o tema da palestra do desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira (TRT da 3ª Região - Minas Gerais). Iniciou sua explanação comentando que a competência em acidente de trabalho enfrentou resistência, por aproximadamente 50 anos, para ser trazida da Justiça Comum à Justiça do Trabalho. Ao abordar a questão da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, lembrou que a de natureza subjetiva não gera dúvidas “que é baseada na culpa e que o empregador responde”. Mas, segundo o desembargador, o que tem gerado controvérsia é se caberia também condenar o empregador tão somente pela teoria do risco.

Na continuidade da semana, os

juízes participaram de um grupo de estudo após assistirem à gravação em vídeo da palestra “Psicologia do Testemunho”, ministrada pela desembargadora federal do TRF 3ª Região Suzana de Camargo Gomes, em 23 de novembro do ano passado.

O painel “Relacionamento entre juízes e servidores” encerrou a semana, com a participação do juiz Ney Fernando Olivé Malhadas (titular da 13ª VT de Curitiba) e das servidoras Ana Márcia Nogueira (diretora de secretaria da VT de Toledo) e Márcia Praseres Azzolini (psicóloga do 9º Regional).

■ Semana de 14 a 18 de julho

Iniciou com a abordagem do juiz aposentado Márcio Túlio Viana (TRT da 3ª Região - MG) sobre a prova testemunhal. O magistrado destacou a importância que a prova testemunhal exerce, em especial, no processo do trabalho. Relatou experiências pessoais e técnicas para avaliar o grau de veracidade das testemunhas, assim como a relevância dos conhecimentos da psicologia e sociologia frente ao tema.

A condução do processo e a prática de despachos pontuou, no dia 15 de julho, a aula expositiva e a prática tutelada de despachos nas Varas do Trabalho, pela desembargadora federal do Trabalho do 9º Regional Eneida Cornel.

“Formação Econômica do Paraná” foi o tema da palestra em 16 de julho pelo professor da Universidade Federal do

Paraná Fabio Doria Scato, doutor em Economia pela University of London.

Na tarde do dia 16, os novos juízes substitutos ficaram concentrados na técnica de sentença, sob a coordenação do juiz do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli (3ª VT de Paranaguá), membro do Conselho Administrativo da EAJ.

O juiz do Trabalho Paulo Henrique Kretzchmar e Conti, titular da VT de Jaguariáiva, encerrou a semana com a palestra "Morfologia da atividade executiva e técnicas executórias correspondentes". Em continuidade, os juízes dedicaram-se à realização de audiências e à elaboração de sentenças.

■Semana de 21 a 25 de julho

Teve início com os juízes substitutos realizando audiências e elaborando sentenças. Na manhã do dia 22, concentraram-se nas aulas de técnica de sentença, com os professores e juízes do Trabalho Reginaldo Melhado (6ª VT de Londrina) e Cássio Colombo Filho (18ª VT de Curitiba). As aulas prosseguiram no dia 23.

Na tarde do dia 22, ouviram o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, e a secretária da Corregedoria, Regina Lúcia Motta Carvalho, acompanhados pelo magistrado Leonardo Vieira Wandelli, no exercício da coordenação da EAJ. Colóquio sobre a saúde física e mental do magistrado estendeu-se pela manhã do dia 23 de julho, com a coordenação e realização do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios (Sedesb). Os trabalhos foram desenvolvidos pelas servidoras Alecia Aparecida Nepel (psiquiatra), Jandira de Almeida Pereira (psicóloga) e Ivanete Pires dos Santos (fisioterapeuta). A diretora substituta do Sedesb, Everly de Gesso Oliveira Bryksaag, explicou as principais ações de cada setor disponíveis aos novos magistrados.

A manhã do dia 24 de julho iniciou com a palestra do desembargador do 9º Regional e membro do Conselho Nacional de Justiça Altino Pedrozo dos Santos, o qual centrou-se no modelo brasileiro de controle do Poder Judiciário adotado pela EC 45/2004.

Após, houve o painel sobre a atuação da fiscalização do trabalho e suas relações com o Poder Judiciário, do qual participaram integrantes da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego



Desembargador Altino Pedrozo dos Santos (membro do Conselho Nacional de Justiça)

- SRTE - PR (Caio Franco Santos, José Leo e Nailor Grossel).

A tarde do dia 24 de julho estendeu-se na realização de audiências e elaboração de sentenças nas Varas do Trabalho de Curitiba. A manhã do dia 25 de julho finalizou o "2º Curso de Formação Inicial de Juízes" com avaliação do curso e auto-avaliação dos novos juízes.

■Formatura

A cerimônia de encerramento materializou uma das etapas do processo de vitaliciamento dos 17 juízes substitutos.

O juiz substituto Sidnei Claudio Bueno foi o orador da turma. Registrou a importância da Escola de Administração Judiciária e sua necessidade na formação inicial dos juízes, tendo o cidadão como maior beneficiário. Destacou: "(...) Não será mais o tempo do juiz que, empossado num dia, noutra em seguida era 'lançado' em uma sala de audiências a resolver incidentes da praxe jurídica que nem em doutrina facilmente se encontravam; não será mais o tempo do juiz que, (...) a fim de resguardar uma pretensa autoridade,

uma pretensa ordem, se arvorava de um autoritarismo que não deixava espaço para o recuo, mas criava uma distância irreduzível com as partes e com os advogados. Não, não será mais o tempo desse juiz. A sociedade já não se contenta com uma figura legitimada apenas pelo concurso e pelo conhecimento jurídico. Ela quer mais. Quer alguém capaz de identificar, desde logo, o cerne dos conflitos e que disponha do ferramental adequado para sua solução que ora se encontra no campo da psicologia, ora na sociologia, ora na filosofia e, de vez em quando, nas ciências jurídicas. E esse é, a meu ver, o mérito da escola: o que seria objeto de apreensão ao longo dos anos, com a experiência dos erros, com o experimento dos direitos de partes e advogados, com o estudo isolado, é condensado e posto à disposição do magistrado já no início da vida profissional. É racionalização dos conhecimentos científico e empírico: ambos são apresentados desde logo ao ingressante".

Em seu discurso, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, diretora da EAJ do TRT-PR, lembrou que os juízes substitutos, ao encerrarem o 2º Curso, "principiam, com efeito, o longo e cotidiano apostolado exigido daquele que abraça a magistratura. Neste caminhar, a pretensão não pode ser outra senão a de servir à cidadania constitucional por meio da prestação jurisdicional, que lhes exigirá humanidade e disciplina". ■



A mesa, quando do discurso do orador da turma, juiz Sidnei Claudio Bueno (ao púlpito), os desembargadores federais do Trabalho Ney José de Freitas (corregedor regional), Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente do TRT da 9ª Região no exercício da Presidência), Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da Escola de Administração Judiciária) e os juízes do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra IX) e Leonardo Vieira Wandelli (membro do Conselho Administrativo e coordenador em exercício da EAJ)

Do outro lado do balcão

Atividade possibilita reflexão sobre trabalho oferecido à sociedade



A secretária do Tribunal Pleno, Ana Cristina Navarro Lins, e servidores da unidade em simulação de atendimento

Flaviane Galafassi

Colocar-se no lugar das pessoas que buscam os serviços da Justiça do Trabalho foi a forma encontrada pela secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada, Ana Cristina Navarro Lins, para discutir com a equipe formas de realizar um trabalho eficaz para o cidadão. Durante uma manhã os servidores que trabalham na unidade simularam situações que acontecem diariamente no atendimento, fazendo-se passar por advogados, partes e estagiários, para perceber como realizam o atendimento ao público. “A idéia era a de colocar todos os servidores da secretaria do outro lado do balcão, dando-lhes uma visão diferente do seu local de trabalho e das funções executadas, pois ao atendê-los de formas diversas, tentei fazer com que pudessem sentir ‘na pele’ as conseqüências ou as reações que o nosso atendi-

mento pode provocar nas pessoas”, diz a secretária.

Ela explica que o exercício, embora pareça uma brincadeira, o que de certa forma estimula a participação, oferece condições de avaliação da equipe e avaliação pessoal, podendo ser realizado por todos, em seus setores. “Para realizar a atividade, preparei um

pequeno resumo do papel que cada um iria representar (ex. você é um advogado da área cível e veio ver o resultado de um mandado de segurança; você é um estagiário recém-contratado por um escritório e veio à secretaria ver os autos de um processo para prestar informação aos advogados; você é parte em um processo e gostaria de ver os autos, etc) e fiz o atendimento do balcão, improvisando de acordo com a atuação deles, variando entre atendimentos bons e maus, ambos com quebra de regras, ou bons e maus dentro das regras”, explica Ana Cristina.

A idéia principal, segundo ela, era abrir a possibilidade de reflexão. “Após o exercício, sentamos em roda para uma conversa, com o intuito de ver, aprofundar e fixar as reflexões que tivemos com esta prática, todas elas, neste momento, voltadas à perspectiva do cliente, do cidadão, relativamente ao nosso atendimento. Porém, com as discussões, aca-

bamos também na seguinte questão: será que a competência/eficiência de nosso trabalho interno também é repassada ou é vista pelo nosso cliente externo, quando do atendimento ao público?”, diz Ana Cristina.

Avaliando esse questionamento, foi possível aprofundar o papel de cada um no trabalho, indo além da mecânica de manusear processos. “Passamos a refletir sobre o significado, de cada caderno processual que recebemos, para a parte, tentando achar o seu valor para além de um amontoado de papéis”, diz.

A prática, de acordo com Ana Cristina, foi importante para desencadear discussões sobre o papel do servidor público na sociedade. “O resgate deste papel demonstrou que, já que trabalhamos para o cidadão, na busca do seu direito, que lhe é essencial ou devido, só poderíamos fazê-lo, e fazê-lo bem se pudessemos perceber em nós mesmos o propósito de aqui estarmos trabalhando, e da importância e significado de cada ato nosso”.

O diálogo provocado com o exercício possibilitou a apresentação de idéias de melhorias no trabalho, em reuniões mensais sugeridas pela equipe, “abrindo um novo espaço de diálogo na secretaria”, comemora Ana Cristina.

O trabalho teve apoio da presidente, desembargadora Rosalie Batista, que considerou a medida eficaz e inovadora. ■

Encontro da Amatra-IX será em Foz do Iguaçu

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região realizará em Foz do Iguaçu, de 11 a 14 de setembro, o encontro anual da entidade. De acordo com o presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, “o objetivo é oferecer oportunidade para aperfeiçoamento científico dos magistrados trabalhistas”. O evento será em parceria com a Escola de Administração Judiciária do TRT-PR.

■ Jussara Elisa

Desembargador Edmilson: cidadania honorária

O desembargador do TRT-PR Edmilson Antonio de Lima receberá o título de Cidadão Honorário de Santo Antônio da Platina (Norte Pioneiro do Paraná). A outorga da homenagem foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito, Pedro Claro de Oliveira Neto. A entrega da honraria será em sessão solene a ser agendada pelo presidente do Legislativo local, vereador José da Silva Coelho Neto.

■ Jussara Elisa

Varas do Trabalho promovem treinamento voltado à qualidade

Jussara Elisa

Quatro Varas do Trabalho do Paraná - 2ª, 16ª e 20ª de Curitiba e a de Pato Branco - têm buscado a melhoria dos serviços prestados ao cidadão através da realização de treinamento aos servidores nelas lotados. Cada VT utiliza métodos diferentes de treinamento.

Normas, Provimentos e Recomendações

Todas as terças e quintas-feiras, das 10 às 11 horas, são feitas reuniões na 2ª Vara do Trabalho de Curitiba para debater assuntos relacionados ao dia-a-dia da unidade. Já foram realizados dois cursos de gestão processual e agora está sendo feita revisão de normas, provimentos e recomendações. De acordo com o diretor de secretaria da 2ª VT, Sandro Haisi, busca-se, com as aulas, a homogeneização da equipe, além do próprio conhecimento. "Nesses cursos, o interessante é que as discussões extrapolam o tema proposto, porque sempre surgem debates e novas questões que propiciam ajustes no procedimento da unidade", lembrou.

Apostila Completa

A 16ª Vara de Curitiba elaborou apostila com toda a rotina de trabalho de secretaria no que se refere às atividades operacionais. O trabalho foi organizado por todos os servidores daquela Vara - cada um redigiu tópicos relativos às suas próprias tarefas. Segundo a diretora da VT, Maria Giselle Massuquini, o material tem grande valor porque na Vara trabalha-se em sistema de revezamento de atribuições, o que implica a necessidade de que todos tenham conhecimento geral do processo de trabalho. "Com o método adotado, todos aprendem a realizar as tarefas da secretaria. Quando um colega recebe uma atribuição da qual não tenha conhecimento, antes consulta a apostila, que tem todos os passos, para depois obter mais informações sobre o assunto com o colega que exerceu tal função anteriormente", explicou a diretora.

Multiplicador e Provimento-Geral

A 20ª VT de Curitiba estabeleceu que todos os servidores que participam de cursos de interesse da secretaria devem posteriormente repassar o conhecimento para a equipe, em formato de aula, multiplicando assim o conhecimento adquirido. Os "treinamentos" são realizados sem agenda prévia, imediatamente após a finalização do respectivo curso. Segundo a diretora de secretaria da 20ª Vara, Solange Biesdorf, pretende-se, em breve, retomar reuniões semanais para discussão a respeito do Provimento-Geral da Corregedoria da 9ª Região da Justiça do Trabalho. "Cada servidor fica responsável por determinada seção do provimento. Desse modo fazemos uma reciclagem em conjunto, de maneira leve e produtiva", explicou. Na unidade também são ministradas aulas sobre o funcionamento da VT para os estagiários, que, além de assistirem a audiências, têm aulas básicas sobre sentença e execução, por exemplo.

Curso e Certificado

Em razão da necessidade de atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Vara do Trabalho de Pato Branco e do Posto de Atendimento de Palmas (vinculado à unidade), foi desenvolvido um projeto de estudo naquela unidade. A

aulas aconteceram em 2007, às sextas-feiras pela manhã, sobre temas relacionados ao dia-a-dia de uma secretaria de Vara do Trabalho.

O curso abrangeu as disciplinas de Direito, ética e vocabulário jurídico. Aos participantes foi ministrado conhecimento de todo o ciclo processual, desde a autuação até o arquivamento dos autos. Em cada semana acontecia um debate, quando era apresentado um texto escrito pelo expositor, que resultou, ao final, em apostila do curso. Dos participantes era exigida presença, com frequência mínima. Houve, ainda, aplicação de prova para avaliar o conhecimento adquirido pelos servidores. Todos receberam certificados de participação.

De acordo com a juíza Emília Simeão Albino Sako, titular da VT, a avaliação final foi surpreendente, com resultado positivo de aprendizado e a aprovação de todos. Segundo a magistrada, os servidores sentiram-se mais valorizados após o curso. O Tribunal deu suporte à Vara para a realização do projeto, validando-o como hora-aula e com o pagamento de diária para os servidores lotados no PA de Palmas. Além desse projeto, sentiu-se necessidade da realização de curso de cálculo trabalhista, realizado posteriormente pelo diretor daquela VT, Samoel Primo. ■



Servidores frequentam curso de treinamento na Vara do Trabalho de Pato Branco

Visitas à Presidência do TRT da 9ª Região

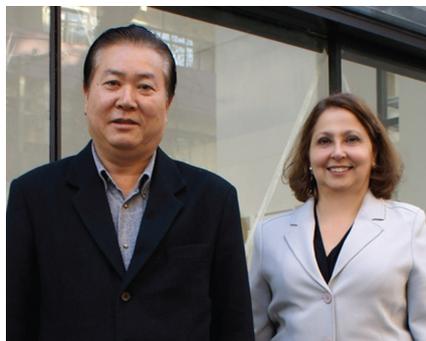
Jussara Elisa / Flaviane Galafassi

No dia 10 de julho, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono, na companhia da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, visitou a futura sede do Tribunal, conhecendo as instalações que abrigarão gabinetes e diversas unidades da área judiciária do Regional.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Airton Mozart Valadares Vieira Pires, visitou o TRT do Paraná, em 11 de julho, acompanhado da vice-presidente da entidade, titular

da 10ª VT de Curitiba, juíza Patrícia de Matos Lemos. Trocaram impressões sobre a atuação da magistratura na-

cional e a atual conjuntura do Poder Judiciário em suas diversas esferas de atuação. ■



Ministro do TST Fernando Ono e a desembargadora Rosalie Batista, presidente do TRT-PR



Juiz Airton Mozart, presidente da AMB, desembargadora Rosalie Batista e a juíza Patrícia Lemos

Terceira etapa de treinamento

Jussara Elisa

A terceira etapa do treinamento de servidores iniciantes realizado neste ano aconteceu de 9 a 11 de julho (1ª turma) e de 16 a 18 de julho (2ª turma). Pronunciamentos da presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, e do diretor-geral, Vanderlei Crepaldi Peres, abriram o treinamento para a primeira turma.

Na oportunidade, a presidente citou o filósofo Sêneca, dizendo que “o caminho da sabedoria é longo, quando baseado apenas em preceitos”, sendo, porém, breve e eficaz quando construído através de exemplos. Lembrou que este é o espírito do treinamento que o TRT-PR oferece aos seus servidores iniciantes. “Não queremos apenas que leiam os regulamentos, ouçam o diretor-geral, assistam a vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação e estudem os programas de computador. Queremos, também, que vejam os instrutores e líderes agirem de acordo com aquilo que ensinam. Que conheçam as melhores práticas desses profissionais. Nossa visão, assentada em valores institucionais, pressupõe a compreensão de que trabalhamos em favor de uma missão específica, em torno da qual a nossa organização está sendo continuamente construída. Essa missão, que

constitui o propósito organizacional da Justiça do Trabalho, é ao mesmo tempo o princípio e a destinação final de todas as nossas ações. É a crença básica, o elemento motivador que direciona nossos esforços. E nunca será demais repeti-la: a missão institucional da Justiça do Trabalho é a entrega rápida e qualificada da jurisdição ao povo brasileiro. Não há outra razão de ser; inexistente consecução mais importante” - declarou a presidente.

Da terceira fase constaram apresentações de Normas do Provimento da Corregedoria, da estrutura e funcionamento do TRT-PR e das Varas do Trabalho, do SUAP (funcionalidade e aplicações), auto-gestão e gerenciamento de carreiras e informações

funcionais, além de palestras sobre os temas “Utilização racional de recurso / separação de resíduos” e “Valores institucionais e ética no Serviço Público”, e também ginástica laboral.

Participam do treinamento, organizado pelo Serviço de Admissão e Desenvolvimento Pessoal e Gerencial da Secretaria de Recursos Humanos, 34 servidores divididos em duas turmas. A primeira etapa, de ambientação, aconteceu no dia da posse de cada servidor. A fase seguinte foi de treinamento *on the job* (em serviço) na própria unidade onde o servidor está lotado. Após, os servidores em treinamento elaboraram relatórios de atividades, que foram encaminhados à SRH para avaliação. A próxima etapa será à distância, sobre “Prática do Processo do Trabalho”. ■



Desembargadora Rosalie Batista, presidente do TRT da 9ª Região, saudando os novos servidores

Justiça do Trabalho instalará Posto de Atendimento em Ibaiti

Flaviane Galafassi

A presidente do TRT-PR, Rosalie Batista, recebeu da Prefeitura de Ibaiti o imóvel que será utilizado para implantação do Posto de Atendimento, vinculado à Vara do Trabalho de Wenceslau Braz. As chaves do imóvel foram entregues, no dia 11 de julho, pelo presidente da OAB de Ibaiti, Geiel Heidgger Ferreira, e pelo vice-presidente, Valdemir Braz Bueno. A data da instalação do Posto de Atendimento de Ibaiti será definida em breve.

A previsão é que o PA atenda em torno de 300 processos por ano. Dos cerca de 600 processos recebidos na Vara do Trabalho de Wenceslau Braz, metade é oriunda de Ibaiti.

De acordo com a presidente do TRT, o objetivo da instalação de Postos de Atendimento é permitir aos jurisdicionados um acesso fácil e rápido à Justiça do Trabalho. "Ibaiti está a 54 km

de Wenceslau Braz e, com a implantação de um Posto de Atendimento na cidade, não haverá mais necessidade de deslocamento das partes e dos advogados até a Vara do Trabalho. É a

Justiça mais próxima do cidadão", enfatiza a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

O PA de Ibaiti ficará na Rua Euclides Monteiro, 739, no Centro. ■



A presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, recebe as chaves do Posto de Atendimento do presidente da OAB de Ibaiti, Geiel Heidgger Ferreira. Presentes, o diretor-geral do TRT-PR, Vanderlei Peres (à esquerda), e Valdenir Braz Bueno, vice-presidente da OAB de Ibaiti

Projeto que amplia vagas no TRT do Paraná tem primeira aprovação

Flaviane Galafassi

O Projeto de Lei 3.350/2008, que trata da criação de 320 novos cargos e 392 funções para o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal. O relator, deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), considerou que "o quantitativo de cargos e funções constante da proposição é o mínimo necessário ao bom andamento dos trabalhos do Tribunal".

Ainda, segundo o relator, "o crescimento do número de ações judiciais demanda o redimensionamento periódico do quadro de pessoal dos

tribunais. Além disso, a carga de trabalho da Justiça Trabalhista foi ampliada, consideravelmente, por força da instituição do regime de emprego público e da agregação, à sua competência, da execução das contribuições previdenciárias devidas por força de suas decisões". Também, de acordo com o deputado, "foi instituído no processo trabalhista o procedimento sumaríssimo (processos com valores inferiores a 40 salários mínimos), no qual as ações devem ser apreciadas no prazo máximo de quinze dias", argumentos que o levaram ao parecer favorável.

O projeto foi para a Comissão de Finanças e Tributação, onde aguarda emendas. O relator é o deputado André

Vargas (PT-PR)

Para a presidente do TRT, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, a aprovação do projeto resultará em maior celeridade na tramitação de processos trabalhistas no Paraná. No ano passado, foram protocoladas 104.008 novas ações trabalhistas, contra 87.333 em 2004. Em média, são 8.600 ações por mês no estado, sendo que em alguns meses o volume chega a 10 mil. "Temos uma grande equipe dedicada a solucionar, com a maior rapidez possível, os processos trabalhistas, mas precisamos dessas novas vagas para entregar a Justiça ao cidadão com rapidez e eficiência ainda maiores", enfatiza a magistrada. ■

Justiça do Trabalho intensifica conciliações



O juiz Marcos Vinícius Nenevê e os desembargadores federais do Trabalho Sueli Gil El Rafihi e Edmilson Antônio de Lima durante reunião de conciliação

Flaviane Galafassi

O TRT da 9ª Região está empenhado no movimento “Conciliar é Legal” desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, que incentiva a composição entre as partes. Os Juízos Auxiliares de Conciliação, o Juízo Auxiliar de Conciliação em Precatórios e as Varas do Trabalho têm desenvolvido atividades nesse sentido.

■ Juízos Auxiliares de Conciliação

O TRT está convidando grupos de empresas, bancos e advogados que têm grande número de processos em tramitação na Justiça do Paraná, para incentivar a conciliação e pôr fim às ações trabalhistas. A tentativa de composição entre as partes está sendo feita pelos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus.

Uma das primeiras empresas a se manifestar favorável à conciliação foi a ALL Logística. Para informar sobre o trabalho de conciliação que será desenvolvido, o TRT-PR realizou reunião com advogados que têm processos contra a empresa. “A ALL está totalmente favorável ao acordo e por isso convidamos os advogados a virem ao Tribunal para conhecer o trabalho que desenvolvemos com os Juízos de Conciliação, criados exatamente para viabilizar os acordos em qualquer fase do processo”, explica a desembargadora Sueli Gil El Rafihi, coordenadora do JAC de 2º Grau.

Segundo o desembargador Edmilson de Lima, que integra o referido Juízo, esta é “uma demonstração da importância de incentivarmos a conciliação, uma vez que em muitos momentos ela só não

ocorre porque, finalizadas as audiências em primeira instância, as partes não se encontram mais e aí ninguém fala mais em conciliação. Basta incentivarmos para conseguirmos bons resultados, em processos que já estavam, inclusive, há 15, 20 anos tramitando”.

O resultado positivo da iniciativa é confirmado pelos números. Em nove meses de atuação, os JACs obtiveram acordo em 65% das audiências em 1º Grau e 55% no 2º Grau. Além de atuar em Curitiba, o Juízo de 2º Grau também chega ao interior do estado. “É a primeira vez que um desembargador sai do Tribunal para atuar na composição em outras localidades do interior”, enfatiza o desembargador Edmilson Lima, lembrando que a criação dos JACs pelo TRT desperta o interesse de outros Regionais pelo trabalho realizado e repercute na efetivação da tutela jurisdicional.

■ Varas Reforçam Acordos

As VTs de Curitiba, Ponta Grossa, Umuarama e Paranavaí têm programas diferenciados voltados à conciliação.

No dia 24 de julho, a 20ª VT de Curitiba realizou pauta especial de audiência visando à conciliação. Houve acordo em 39 dos 42 processos em pauta - índice de 92,86% de conciliação. As audiências foram presididas pela juíza Adayde Santos Cecone, titular da unidade.

Na 2ª VT de Ponta Grossa, em todas as últimas terças-feiras de cada mês são realizadas audiências de conciliação. Nesse dia, os juizes e servidores da unidade vestem a camiseta do Movimento “Conciliar é Legal” para incentivar os acordos.

Em média, são realizadas 25 audiências, das quais 35% têm resultado em acordo. Na 3ª VT de Ponta Grossa, os processos em execução têm sido o foco. São realizados em média três acordos por mês.

Na 2ª VT de Umuarama, um ambiente agradável na sala de audiência, com música clássica, flores e aromatizantes, é uma das práticas adotadas pela juíza Susimeiry Molina Marques, que contribuíram para a redução dos prazos para as audiências e do saldo dos processos a serem julgados e aumento no número de processos solucionados. Também são realizados, na unidade, pautões da conciliação. No último, o percentual de acordos foi de 82,60%.

A VT de Paranavaí está realizando, a cada 15 dias, pautas específicas para tentativa de conciliação. O índice de acordo tem ficado em torno de 60%. “Nosso objetivo é estimular a conciliação, uma vez que, mais do que concluir um processo, ela promove a pacificação social”, diz o juiz Sidnei Lopes, titular da unidade.

■ JAC em Precatórios

O TRT-PR está otimista nos acordos com os municípios para pagamentos de precatórios vencidos. Todas as semanas o Juízo Auxiliar de Conciliação em Precatórios realiza audiências com representantes das prefeituras, o que tem resultado em 100% de acordos.

Quatro juizes atuam na unidade: Edilaine Stinglin Caetano, James Josef Szpatowski, Anelore Rothenberger Coelho e Rosângela Vidal.

As audiências de conciliação são realizadas todas as sextas-feiras. Normalmente, os acordos são parcelados, a partir da retenção direta da conta destinada ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que garante o pontual pagamento do débito, além de proporcionar segurança no recebimento do crédito por quem entrou com a ação. Tal medida tem possibilitado a alguns municípios o pagamento antecipado dos precatórios, a exemplo de Piraquara que, no início do parcelamento, encontrava-se com precatórios atrasados. Aos poucos, o município os foi colocando em dia e, atualmente, já está antecipando os de 2009, com a vantagem de não incidência de juros de mora. ■



Práticas de Responsabilidade Social

■ CONSUMO CONSCIENTE

Repensar nossos hábitos de consumo, refletir sobre aquilo que realmente precisamos, fazer diferente daquilo que estamos acostumados a fazer. São atitudes assim que contribuem para a melhoria da qualidade de vida do planeta. Exemplo: utilizar o correio eletrônico como meio de comunicação e o scanner para digitalizar documentos, evita a impressão de papel.

■ RECICLAGEM

Em Curitiba, neste ano, o TRT-PR recolheu e direcionou para reciclagem, através da Cooperativa de Catadores de Curitiba (Catamare), mais de 9 mil quilos de materiais para reciclagem, entre papéis, plásticos e metais. O rendimento para os catadores, com a venda do material coletado, foi de aproximadamente R\$ 4 mil.

■ SAÚDE

Encontra-se disponível, no site do TRT-PR - www.trt9.jus.br - na página da Comissão de Responsabilidade Social, um novo acesso para consulta, clicando em saúde. São esclarecimentos e indicações voltados à dependência química. As informações são mantidas e atualizadas pela área de saúde do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. ■

Algumas dicas para preservação do ar

Você pode calcular sua emissão anual de gás carbônico e a quantidade de árvores plantadas por ano, necessária à neutralização dos gases de efeito estufa emitidos, no site <http://www.iniciativaverde.com.br>.

Se você vai a algum lugar perto de sua casa, prefira ir a pé. Isso evita que mais gás carbônico seja lançado na atmosfera. Se, ao vir para o trabalho, você deixar o carro em casa duas vezes por semana, deixará de emitir, em média, 700 quilos de poluentes por ano. Um carro regulado consome menos e diminui a emissão de poluentes.

Lembre-se, também, de calibrar os pneus do seu carro, pelo menos uma vez por mês.

Programa “Fale com a presidente” no interior

Jussara Elisa / Irene Pioker

Em razão da grande procura por parte de servidores de diversas regiões do Paraná, com vistas à participação no “Fale com a presidente”, a desembargadora federal do Trabalho Rosalie Michaele Bacila Batista, presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, decidiu levar o programa ao interior.

No último 31 de julho, a presidente do Tribunal esteve em Cascavel. Os próximos encontros serão em 14 de agosto (Maringá), 15 de agosto (Londrina) e 11 de setembro (Foz do Iguaçu).

As reuniões acontecem sempre às 9h30. Para participar dos encontros é necessária inscrição, que deve ser efetuada mediante mensagem eletrônica para fale.com.presidencia@trt9.jus.br

O Programa teve início em 19 de maio deste ano. A desembargadora tem recebido bimestralmente, em seu gabi-

nete, até oito servidores, em audiência, para sugestões, críticas e dúvidas relativas à metodologia da ordem de serviço, às condições de trabalho e questões diversas do interesse individual e coletivo do corpo funcional.

Em Curitiba, os encontros ocorrem às segundas-feiras, na terceira semana dos meses ímpares. Ao longo de duas horas (até 15 minutos por servidor ou grupo de servidores), a presidente fica à disposição para ouvir, responder e dar encaminhamento às manifestações dos inscritos ao evento.

A extensão do programa ao interior do estado atende a necessidades como a do servidor Ives de Souza Gomes, lotado no Posto de Atendimento de Rio Negro. Segundo ele, o “fale com a presidente” é um instrumento utilíssimo de comunicação e relacionamento intra-institucional: “É

muito melhor quando podemos fazer solicitações e observações com a possibilidade de expor pessoalmente nossos pontos-de-vista, justificativas e argumentos” - afirmou. ■



Servidor Ives de Souza Gomes, lotado no PA de Rio Negro, participou do programa “Fale com a Presidente”



Equilíbrio: chave para controle do estresse

O estresse é um mal típico do mundo moderno, da vida agitada e cheia de tensões. Vai muito além de um simples cansaço físico e mental. É causado pela ação de defesas orgânicas decorrentes de estímulos físicos, psicológicos ou psicossociais. Constitui uma adaptação do organismo e produz uma sucessão de transformações físicas e químicas acionadas pelo sistema nervoso. Assim, o comportamento e a saúde são influenciados pela forma como lidamos com os agentes estressantes. Esses agentes podem ter origem em estímulos diversos - uma diminuição de temperatura, trânsito congestionado, falta de dinheiro, uma reunião social ou de trabalho - que force o organismo a uma reação. Situações antagônicas, como o casamento ou a separação, também podem ser fatores estressantes.

Não há apenas o lado negativo em estar estressado, pois algumas pessoas produzem muito mais quando sob pressão. Temos o **eustresse**, o estresse positivo, o qual impulsiona a pessoa a agir em alguma direção; e o **distresse**, o estresse negativo, que interfere nas funções e no desempenho de alguns órgãos.

O estresse prolongado provoca a queda do sistema imunológico. Assim, dependendo da intensidade, repetição e duração ao longo da vida e principalmente da forma como cada um reage às situações, pode levar a doenças.

■ Primeiros sintomas

Insônia - Incapacidade de dormir ou manter o sono são os principais sinais. Não é considerada uma doença grave, mas consequência de um problema mais sério. A falta de um sono tranqüilo causa irritação e dificuldade de concentração.

Depressão - Os indícios são muito variados, indo desde as sensações de tristeza e impaciência, passando por pensamentos negativos, até sensações físicas como dores e enjôos. A depressão é uma doença e não um estado de espírito.

Falha de memória - Esquecer nomes, datas e locais é algo comum em todas as idades. Durante situações de grande tensão, as idéias e palavras tendem a desaparecer da mente com maior frequência.

Ansiedade - O ansioso sente medo, apreensão e tensão constante além do normal. Em alguns casos, a ansiedade pode evoluir até se tornar incontrolável

e prejudicar a produção do indivíduo.

Bruxismo - É o movimento de apertar ou ranger os dentes. Pode acabar provocando desgaste anormal na dentição e artrite no maxilar.

■ Características das pessoas mais propensas ao estresse:

- não conseguem relaxar, mesmo descansando se cobram estar produzindo;
- necessidade excessiva de controle;
- quererem fazer tudo perfeito o tempo todo - o perfeccionista;
- são inflexíveis, não cedem nunca;
- críticos com tudo e com todos, principalmente consigo mesmos;
- cobram demais de si mesmos;
- sentem muita culpa;
- competitivos;
- preocupam-se com tudo e todos;
- dificuldade em estabelecer prioridades;
- não conseguem impor limites, nem dizer "não" ("não posso, não quero, não gosto");
- centralizam o trabalho para si, não conseguem delegar responsabilidades;
- dão importância a só um aspecto da vida (só profissional, afetivo, filhos, etc.);
- não sabem o que querem;
- desejo constante de estar fazendo outra coisa ou ser outra pessoa. ■

"Estilo de Vida & Saúde"

Jussara Elisa

O "II Encontro Regionalizado de Saúde - Estilo de Vida & Saúde" do Tribunal do Trabalho do Paraná, terá seu primeiro evento em Cascavel, no dia 1º de agosto. As etapas seguintes estão agendadas para Maringá (15 de agosto), Londrina (5 de setembro) e Curitiba (26 de setembro).

Na primeira edição do encontro, realizada em 2007, foram abordados diversos temas relacionados à saúde física e emocional de magistrados e servidores, despertando reflexão sobre a responsabilidade de cada um com sua própria saúde. Para este ano, o TRT dará continuidade aos trabalhos iniciados no ano passado, buscando reafirmar os conceitos trabalhados naquele

encontro, bem como abordar novos tópicos também relacionados com a saúde. A Secretaria de Recursos Humanos pretende dar continuidade ao eixo central de auto-gestão da saúde, bem como atender às demandas identificadas em pesquisa de interesse, realizada nos pólos regionais previamente ao primeiro encontro.

Estão previstas peças teatrais, palestras e oficinas para o evento. Segundo a diretora do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, Valéria Cobbe, o cronograma pode ser objeto de ajustes, de acordo com as peculiaridades de cada região. "As palestras têm o objetivo de difundir informações, orientando e esclarecendo sobre temas relevantes à promoção da saúde e à melhoria

da qualidade de vida. A proposta das oficinas é o aprendizado vivencial, favorecendo a consolidação de hábitos saudáveis", esclarece. O cronograma de cada cidade estará disponível na intranet do Tribunal, em datas próximas a cada evento.

■ Saúde no interior

Servidores do Sedesb das áreas de psicologia, fisioterapia, enfermagem e assistência social estiveram em Loanda, Cianorte e Umuarama no mês de junho. A visita faz parte do Projeto "Atendimento da área de saúde a todas as unidades do interior", que tem como objetivo levar informações e orientações sobre saúde em geral a magistrados e servidores que atuam no interior do Paraná. A próxima visita está prevista para outubro. ■